

# ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 22 DE MARÇO DE 2001

Aos vinte e dois dias do mês de Março, de dois mil e um, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram vinte membros.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente a Senhora Presidente, Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos e o Srs. Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Eng.º Pedro Faria, Dr. José Alves, Dr. Acácio Sousa e Sr. António Sequeira.

A sessão foi presidida pelo, Sr. Leonel Pontes, Presidente da Assembleia Municipal em exercício, e, secretariada pelos Srs. Deputados Cláudio de Jesus e Manuel Rosa Órfão.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.15 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

**PONTO N.º1** – LEIRISPORT - DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA - (ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS) - Apreciação, discussão e votação;

**PONTO N.º2** – LEIRISPORT - APROVAÇÃO DO ACORDO PARASSOCIAL - Apreciação, discussão e votação;

**PONTO N.º 3** - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;

**PONTO N.º 4** - SUSPENSÃO DO PDM NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DA AV. 25 DE ABRIL - Apreciação, discussão e votação -;

**PONTO N.º 5** - SUSPENSÃO DO PDM NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DE LEIRIA/NORTE - Apreciação, discussão e votação;

**PONTO N.º 6** - PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO PARA A DEFESA E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;

**PONTO N.º 7** - EDIFÍCIO PRÉ-ESCOLAR (JARDIM DE INFÂNCIA) SITO EM LOUSÃ - FREGUESIA DE CORTES - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - EMISSÃO DE PARECER QUANTO À LOCALIZAÇÃO E PROJECTO - Apreciação, discussão e votação;

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Vamos dar início aos trabalhos.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados Municipais, a todos cumprimento, e vamos iniciar esta sessão extraordinária, requerida como sabem pela Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

Assim sendo, e como de resto é do vosso conhecimento, não há período "antes da ordem do dia" .

Recebemos dois faxes, do Deputado Domingos Carvalho, solicitando a relevação da sua falta e expressando votos de melhores deliberações da Assembleia, bem como do Deputado Paulo Jorge Reis, no mesmo sentido.

Portanto, dada esta informação, entrávamos desde já na Ordem de Trabalhos:

**PONTO N.º 1 - LEIRISPORT - DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA  
- (ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS) - Apreciação, discussão e votação;**

Sr.<sup>a</sup> Presidente deseja da uma explicação?

Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos)***

Muito boa noite a todos.

A explicação é rápida e depois esclarecerei algumas dúvidas que possam ainda subsistir.

Como sabem já foram aprovados anteriormente os estatutos da empresa que na altura quando aqui veio, tinha outro nome mas depois numa outra Assembleia foi feita a alteração para Leirisport. A alteração aos estatutos que aqui se traz, é apenas um ajustamento àquilo que foi acordado no Acordo Parassocial, o qual está agendado no ponto seguinte. Portanto, já tinham sido aprovados os estatutos e apenas se fazem aqui acertos para haver coerência entre os estatutos anteriormente aprovados e o Acordo que vai ser também objecto de deliberação no ponto n.º 2.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Sr. Deputado Cerqueira, faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA (CDS/PP)***

José Manuel Cerqueira, CDS/Partido Popular.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, não era sobre este assunto que eu pretendia intervir mas como não há ordem do dia, eu permitia-me solicitar a V.Exa, a apresentação de duas propostas e se assim o entender, colocar à votação.

A primeira tem a ver com um minuto de silêncio em memória das vítimas de Castelo de Paiva, a segunda um voto de pesar, com envio por parte do Sr. Presidente da Assembleia, das condolências às famílias das vítimas, a enviar á Câmara Municipal de castelo de Paiva. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

A Mesa é sensível à questão colocada pelo Sr. Deputado Cerqueira e, não pode deixar de concordar aceitando a sugestão de um minuto de silêncio em relação a essa catástrofe que atingiu o povo de Castelo de Paiva.

Assim sendo, vamos então aguardar um minuto de silêncio e depois de seguida, os serviços de apoio, irão enviar o voto de pesar.

( 1 minuto de silêncio)...

Não havendo inscrições acerca do ponto n.º 1, iria colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do PP.

**Está aprovado por maioria.**

**PONTO N.º 2 - LEIRISPORT - DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA  
- (ACORDO PARASSOCIAL) - Apreciação, discussão e votação;**

Sr.<sup>a</sup> Presidente deseja dar alguma explicação? Não.

Quem deseja inscrever-se? Ninguém.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do PP.

**Está aprovado por maioria**

**PONTO N.º 3 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA**

Quem deseja inscrever-se?

Sr. Deputado Cerqueira faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)***

José Manuel Cerqueira, CDS/Partido Popular.

Eu aqui pretendia apenas um esclarecimento da Sr.<sup>a</sup> Presidente em relação a esta matéria, porquanto no serviço de actas e na documentação que chegou à minha posse eu tenho aqui indicação do que se pretende é a fixação do valor mensal da remuneração dos membros do Conselho de Administração dos SMAS, que será calculado em quatro vezes o valor das senhas dos Vereadores. Com não sei qual é o valor da senha de presença , eu gostaria de saber para fazer as contas, qual vai ser o valor da remuneração mensal a liquidar aos referidos membros. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA CÂMARA( Dr.ª Isabel Damasceno Campos)***

Eu não sei o valor certo das senhas de presença mas está aí o Sr. Vereador Dr. Acácio, penso que ele poderá ajudar-me a responder a essa questão.

Sr. Deputado, são doze contos e qualquer coisa, está esclarecido? Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Mesmo assim com esta explicação o Sr. Deputado dá-se por satisfeito? Sim senhor.

Mais alguém se deseja inscrever? Não.

Vou colocar á votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção do PCP.

**Está aprovado por maioria**

**PONTO N.º4 - SUSPENSÃO DO PDM NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DA  
AV. 25 DE ABRIL - Apreciação, discussão e votação;**

Sr.ª Presidente deseja dar alguma explicação?

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)***

Não!

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Quem deseja inscrever-se? Sr. Deputado Esteves faça favor, e a seguir é o Sr. deputado Cerqueira.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

Eu penso que talvez fosse justo ter-se feito alguma introdução acerca desta matéria, porque pede-se à Assembleia Municipal uma decisão, mas aquilo que se apresenta para essa decisão não é bem fundamentada, não permite uma avaliação clara por parte da Assembleia Municipal daquilo que se pede.

Eu gostava de dizer o seguinte: nós sempre defendemos que o Plano Director Municipal era insuficiente aliás, gostaria ainda de lembrar que votámos contra ele porque na área urbana de Leiria era excessivamente permissivo, era arrasador do ponto de vista da disponibilidade para massificar urbanamente o território, e pusemos sempre uma questão, que era importante haver planos de pormenor que ajudassem a desenhar a cidade, garantindo espaço público de qualidade, equipamentos, qualidade de vida das populações. Isto para dizer o quê? Do ponto de vista do princípio, quando está um plano de pormenor em elaboração, acho muito bem que se tomem as respectivas medidas para que pessoas que têm interesses que muitas vezes são interesses egoístas, não têm em conta os interesses da cidade e das populações, possam eventualmente pôr aquilo que são os seus interesses, contra o interesse público. Agora, também temos nós aqui na Assembleia Municipal, de quando tomamos decisões, de ter os elementos necessários, para avaliar a decisão que tomámos, por exemplo em relação à outra Assembleia, e estive aqui de acordo, aliás contra a opinião do próprio CDS que veio aqui defender, em relação a Leiria/Norte, um vasto território, mesmo não havendo a informação sempre veio um mapazito, a gente lá foi vendo, e se bem se lembram eu disse que era com preocupação que vejo o desenvolvimento daquele plano, porque aquele plano é a continuação da massificação sem qualquer preocupação de qualidade, de

equipamentos, etc, não vejo ali embora todo o desenho se apresentasse a preto e branco mas é necessário também ter em conta o seguinte: é que já ha estudos nesta área que se pede, porque é que não são apresentados aqui à Assembleia para a gente poder decidir em conformidade? Depois, é preciso saber e pôr claramente qual é o conteúdo depois das medidas, a gente suspende o PDM mas em seguida vamos situar melhor a intervenção ou fica suspenso até à aprovação do plano? Há aqui um conjunto de coisas que precisam de ser explicadas, agora, gostaria de mais uma vez dizer o seguinte: a sacro santa propriedade não pode determinar tudo, há aqui interesses digamos, dos cidadãos, interesses públicos que é preciso salvaguardar, e portanto também não vou atrás daqueles que choram, que têm muitas responsabilidades e tiveram na construção de muitos aspectos negativos desta cidade, e que em nome da sacro santa propriedade querem ter mão livre para tudo, não , não pode ser, temos que ter regras e elas têm que ser claras . Eu é para dizer assim, custa-me estar a aprovar alguma coisa para a qual não há a devida fundamentação, porque há estudos, porque há desenhos, porque é possível informar esta Assembleia com mais pormenor, para a gente em consciência dizer "é assim, vamos em frente !", mas não, eu aqui não tenho nada que me possa dizer, então eu agradecia pelo menos uma explicação e depois naturalmente em relação a este tipo de decisões que devem estar claramente fundamentadas e que devíamos fazer uma grande esforço para andar rápido com alguns desses planos, porque também não é bom digamos arrastar estes processos, e depois as pessoas que também têm alguns interesses, também querem porque investiram, querem ver resolvidos os seus problemas, vêem também arrastada esta decisão por ineficácia digamos de um plano porque nós não conseguimos resolver isto com tempo.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr.<sup>a</sup> Presidente é sensível a este apelo? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos)***

Eu explico. Isto é assim: nós aprovámos aqui numa Assembleia Municipal, medidas preventivas para as duas zonas onde estão a ser elaborados, planos de pormenor. Como é normal o

processo segue os seus trâmites e é enviado para a Direcção Geral do Ordenamento do Território que é a entidade que analisa o processo e depois segue peso para despacho do Secretário de Estado para declaração dessas medidas preventivas, para lhes dar eficácia. E foi-nos enviado e por isso é que eu pensei que tivesse sido suficientemente esclarecedor o documento que foi enviado pela

Direcção Geral do Ordenamento do Território e que foi enviado na documentação, que a lei diz que para que as medidas preventivas sejam eficazes, é necessário que em simultâneo nas zonas abrangidas pelo plano de pormenor o PDM seja suspenso para se poder passar a aplicar, o que está previsto nos respectivos planos de pormenor em elaboração. A explicação é esta, foi um pedido, um entendimento jurídico por parte da DGOT que é apresentado nesse documento que eu apresentei, que diz exactamente isso, para que as medidas preventivas entrem em vigor, para que sejam eficazes, é absolutamente imprescindível que o PDM seja suspenso na área abrangida pelos planos de pormenor e do ponto de vista de exequibilidade prática começar a ser aplicado aquilo que está previsto nos próprios planos de pormenor e portanto, penso que essa explicação é suficiente relativamente às questões levantadas, fica naturalmente para uma próxima Assembleia, a apresentação daquilo que já está feito para os dois Planos de Pormenor em questão, porque quer um quer outro estão finalizados, e única e simplesmente estão à espera dos pareceres respectivos das entidades todas e para terminar, os respectivos projectos de especialidade mas o desenho do próprio plano de pormenor e o desenho urbanístico estão feitos, e portanto fica mesmo sem ainda ter a eficácia de aprovação pela Assembleia Municipal porque só o pode ter depois de estarem aprovados por todas as entidades, apresentarei aqui para naturalmente os Srs. Deputados ficarem a conhecer, tal e qual como foi pedido, os desenhos urbanísticos já existentes para estas respectivas zonas.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Mesmo assim, eu perguntava à Assembleia quem é que deseja intervir sobre este assunto? O Sr. Deputado Cerqueira? Faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA (CDS/PP)***

José Manuel Cerqueira, CDS/Partido Popular.

Eu antes de intervir sobre esta matéria, gostaria que a Sr. Presidente me esclarecesse aqui duas questões. Primeira, se há algum levantamento cadastral dos terrenos que englobam estas zonas, e se os proprietários dos mesmos foram consultados sobre esta matéria.

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)***

O levantamento cadastral existe, para efeitos de elaboração do plano de pormenor tem que existir obrigatoriamente e está feito, no caso do plano de pormenor de Leiria/Norte, não houve ainda nenhuma reunião exaustiva com os proprietários porque é uma área de abrangência muito grande mas tem havido comunicação aos proprietários cada vez que se dirigem à Câmara no sentido de saber o que é que ali podem fazer nos respectivos terrenos, é-lhes apresentada uma solução de acordo com o plano de pormenor, que prevê tal e qual como o da 25 de Abril cedências mútuas entre proprietários ou seja, há por exemplo um proprietário que tem um determinado terreno, onde pode fazer em parte construção e parte terá que ceder ao proprietário do lado que por sua vez terá que ceder parte dele a um jardim ou a uma zona de equipamento portanto, tem que haver depois o entendimento respectivo do proprietário. Se isso não acontecer, a Câmara pode depois utilizar instrumentos de planeamento que existem legalmente e são aplicáveis e já estão a ser aplicados em muitas Câmaras, que permita a compensação e a Câmara depois fazer de intermediário para as respectivas permutas.

Portanto em relação ao plano de pormenor de Leiria/Norte como é uma área abrangente, não é possível fazer uma reunião com todos os proprietários, vamos dando os respectivos esclarecimentos à medida que as situações nos vão surgindo, no caso do plano de pormenor da 25 de Abril, está previsto a curto prazo realizar-se efectivamente uma reunião com todos os proprietários para lhes sugerir como é uma área mais pequena, um entendimento mútuo, que possam fazer cedências para pôr em execução aquilo que está previsto no plano de pormenor.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)***

Obrigado Sr.ª Presidente pelos esclarecimentos.

Eu chamava a atenção dos Srs. Deputados, para a complexidade que é esta matéria, aliás na óptica do CDS/Partido Popular, não é um problema assim tão grande como isso, aliás já há medidas preventivas que anteriormente foram aprovadas por esta Assembleia, na óptica do

CDS/PP, não deviam ter sido aprovadas porquanto, entendemos que a aprovação da suspensão do PDM para as zonas de Leiria/Norte e Av. 25 de Abril, vêm certamente, penso eu e penso que não estou enganado, colocar em dúvida o interesse público, vem criar uma certa desconfiança aos cidadãos, à actividade imobiliária, ao investidor, são enfim postos de trabalho que estão a ser postos em causa, hoje é aqui, amanhã é acolá, depois a Câmara vem com compensações, que tipo

de compensações, e eu acho que isto não é forma correcta e não obstante haver aqui uma contrariedade da Câmara, em relação àquilo que está estipulado no PDM. Vamos lá a ver, eu congratulo-me até com a posição do Sr. Deputado José Augusto Esteves, em relação a esta matéria, só é pena e lamento que a bancada do Partido Comunista não tenha tido atenção quando foi da aprovação das medidas preventivas porquanto elas não deviam ter sido sequer aprovadas por esta Assembleia, porque isto causa alguma indignação, isto faz-me lembrar aquele amigo que foi há dias comprar um carro, que foi a um stand, sim senhor o carro traz ABS, traz os air bags, e quando vai buscar o carro, quando deixa lá o seu dinheirinho, investiu o seu dinheiro, comprou o seu carrinho e quando vem com ele para a estrada, afinal não trazia air bags e não trazia ABS. Naturalmente que provoca alguma indignação, e o que aconteceu aqui, como certamente os Srs. Deputados sabem, é que há investidores e há aqueles que mesmo que não investiram tinham lá as suas propriedades e a contar negociá-las baseado naquilo que o Plano Director Municipal contemplava e vêem-se agora restringidos, vêem-se agora com medidas preventivas, vêem-se agora com esta situação a braços, é um problema que a Câmara Municipal está a querer passar para o capote da Assembleia Municipal, eu compreendo. Todavia, eu pedia que houvesse alguma moderação desta Assembleia sobre esta matéria porque isto poderá trazer aqui consequências graves para os investidores e naturalmente que as pessoas quando investem é para tirar os seus dividendos como compreenderão, muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Sr. Deputado Santos Pereira faça favor!

Prescindiu de usar a palavra?

Sr. Deputado Luís Pinto deseja intervir? Faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Apenas duas perguntas à Sr.<sup>a</sup> Presidente. No documento não fala num prazo de vigência, penso que a legislação fala num prazo que já está previsto e de que forma é questão acautelados os

interesses dos proprietários ou se esta medida também tem a ver com alguns interesses que possam ferir os interesses da comunidade.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Dava a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente, faça favor.

***PRESIDENTE DA Câmara (Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos)***

Eu expliquei parte da pergunta que fez, há pouco. Não expliquei tudo mas expliquei parte, de qualquer das maneiras, eu queria só referir o seguinte: o Plano Director Municipal, é um plano de ordenamento geral como toda a gente sabe e para isso é que existem outros instrumentos, e para isso é que existem os planos de pormenor que são instrumentos de ordenamento de território, mais específicos e que têm naturalmente a obrigação de conseguir uma harmonia urbanística melhor que um PDM não tem, o PDM é apenas indicativo. E o facto de o PDM ter determinadas indicações, não significa que isso sejam direitos adquiridos pelos proprietários Sr. Deputado Cerqueira, não significa. O Plano Director Municipal é indicativo e não significa que isso sejam direitos adquiridos por isso é que existem os planos de pormenor e o próprio PDM pode ter determinado tipo de índices máximos, e a Câmara pode entender em variadíssimas circunstâncias de que esse índices máximos não devem ser atingidos e pode entender outro tipo de soluções urbanísticas para determinado território num espaço qualquer previsto no PDM.

Portanto eu entendo que os planos de pormenor, numa cidade como Leiria e é nesse caso que estamos a falar, que tem tido um crescimento significativo, noutras zonas urbanas ou pelo menos com maior centralidade no concelho faz mais sentido planos de urbanização, em Leiria faz sentido planos de pormenor, são instrumentos do ponto de vista urbanístico fundamentais para conseguirmos nessas zonas que ainda estão de certa maneira protegidas, que venham a ser alvo de um urbanismo equilibrado, é a minha opinião e claro respeito opiniões diferentes.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado Luís Pinto colocou, como eu expliquei, esta questão foi-nos levantada. Foram aprovadas as medidas preventivas como sabem em relação aos dois planos de pormenor aqui referido. Foram enviados para a Direcção Geral do Ordenamento do Território, que entendeu que do ponto de vista jurídico, do ponto de vista daquilo que são os instrumento legais actuais de ordenamento do território que para que as medidas preventivas entrem em vigor, será necessário a suspensão do PDM naquela respectiva área porquê? Porque permite aplicação logo são em simultâneo medidas preventivas/suspensão do PDM, permite a aplicação do Plano de Pormenor ainda em elaboração, de acordo com aquilo que está projectado para aquela respectiva zona e como sabem muitas das vezes, o próprio plano de pormenor contraria o que está previsto no PDM e portanto é para demitir a salvaguarda dessa

situação. Isto não tem efectivamente prazos, a lei não prevê a fixação de prazos, o que eu já expliquei aqui é que em relação a qualquer um dos planos de pormenor, já está em fase praticamente de finalização e tinha aqui tomado um compromisso com a Assembleia de trazer mesmo na fase em que estão embora não esteja ainda mesmo finalizado para aprovação mas para que os Srs. Deputados conheçam.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Sr. Deputado Cerqueira, quer voltar a este assunto? Faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL CERQUEIRA(CDS/PP)***

Permitia-me só fazer aqui uma chamada de atenção à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara neste sentido: hoje é a zona de Leiria/Norte, a zona sul da Av. 25 de Abril, isto foi o que este executivo camarário pensou mas amanhã isto não invalida que a Câmara Municipal não venha agora também pensar na zona da Cruz D'Areia, na zona não sei de onde, na freguesia A, na freguesia B, Sr.<sup>a</sup> Presidente, isto é no mínimo deselegante aquilo que se pretende fazer aos investidores e não falo só nos investidores, falo aos proprietários, das suas propriedades, dos seus terrenos, quantos nas freguesias dos Srs. Presidentes de Junta gostaria que se pronunciassem aqui sobre esta matéria , quantos e quantos não compraram os seus terrenozinhos a pensar que o neto, que o filho ou filha, que os seus vindouros um dia acabariam por fazer ali uma casinha? Com estas medidas, isto coloca em dúvida a seriedade do PDM meus amigos, eu acho que isto é no mínimo uma deselegância aquilo que a Câmara está a fazer, não obstante o risco e a Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe, e sabe que eu sei, que existem processos já em tribunal contra a Câmara Municipal em relação a esta matéria. Afinal qual é o papel da Câmara? Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Sr. Deputado Esteves, faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

Eu em primeiro lugar, gostaria de clarificar aqui uma coisa com o Sr. Deputado Cerqueira, porque fiquei incomodado. Eu estive de acordo e estou de acordo com as medidas preventivas, com planos de pormenor, com uma gestão criteriosa do território, contra os interesses

imobiliários inclusive, claro, foram estes que construíram a cidade que temos e que todos os dias andamos a dizer e a pôr em causa porque de facto o critério foi sempre esse, agora, o que eu também queria dizer era, que a Câmara tem o dever de trazer a esta Assembleia a informação adequada para decidirmos, porque pode ser justo numa circunstância e pode não ser justo noutra. Por exemplo, quando se diz aqui as medidas preventivas podem ser tomadas sem ser necessário suspender o PDM, é porque há aqui mais alguma coisa além daquilo que está, não é preciso, já temos tomado medidas preventivas sem ter de suspender o PDM e portanto o que é que aqui está a acontecer? E por isso é que eu digo que devia vir a proposta de Plano de Pormenor, a qual desconhecemos, tem critérios de ordenamento daquele espaço, que são diferentes daqueles que estão no PDM e que estão certamente até dá ideia que eu estou interessado em massificar, não, naturalmente se calhar até nem é no sentido da massificação por isso é que alguns vêm dizer o que vêm dizer. Mas seja como for, eu estou a pôr aqui é a questão de princípio, tem que vir a esta Assembleia o que há para a gente se decidir, conhecendo, porque em relação à necessidade de medidas, preventivas, à necessidade de salvaguardar o Plano de Pormenor, que é para quando esta Assembleia vier aqui para aprovar um Plano de Pormenor, quando a gente o vier a aprovar, termos a garantia que vai ser e pode ser aplicado, porque se isso não for assim, a gente já sabe como é, andou no terreno e quando formos ver já não temos hipótese nenhuma.

Eu percebo que Leiria como tem andado à rédea solta naturalmente muitos hoje, quando se exige planos de pormenor, quando se exige de facto um ordenamento diferente do território, que se queixem, mas esse é o nosso dever, o nosso dever é também salvaguardar o interesse público e o interesse público só se pode salvaguardar com os instrumentos adequados e salvaguardando que esses instrumentos quando forem para ser aplicados podem ser aplicados. É pr isso, que eu não gostava de ver confusões aqui entre aquilo que eu aqui coloquei e aquilo que o Sr. Deputado Cerqueira aqui colocou. Ora Sr.<sup>a</sup> Presidente e excelentíssima Câmara, nós para decidir temos que conhecer o porquê, porque ninguém me convence que é preciso suspender o PDM bastariam as medidas preventivas, então, é porque há mais qualquer coisa e esse mais qualquer coisa é digamos uma alteração que se calhar eu estou de acordo, eu já disse que em relação a Leiria/Norte acho que aquilo é excessivo e portanto no sentido de aliviar e a gente vai ver, há lá espaços, há lá preocupações com ajardinados, há lá preocupações com algum parque, não, o que vai haver é o seguinte: o que é verde é se calhar aquela encostazinha que lá está por trás da Quinta de St.<sup>o</sup> António, o resto é para massificar e urbanizar, vamos ver Sr.<sup>a</sup> Presidente, porque quando vieram aqui as medidas preventivas não vieram os estudos, e aprovámos um tanto como estamos a aprovar, porque não temos os elementos, mas eu até estou de acordo com as medidas porque eu acho que elas são necessárias, e aquilo que eu estou a dizer não pode ser aproveitado

por outros que querem ter mão livre para fazerem o que querem do território, só porque não há de momento aqui isso, que também fique claro, temos é que ser mais rigorosos a tratar disto.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr.<sup>a</sup> Presidente deseja falar? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos)***

Sim eu queria dar um esclarecimento adicional. É assim, esta questão que o Deputado José Augusto Esteves pôs de que o que levou a Direcção Geral do Ordenamento do Território a solicitar-nos esta questão, não tem a ver com a apresentação do plano, porque nem sequer o desenho que existe do plano foi enviado à DGOT, a única coisa que foi solicitada foi a validação das medidas preventivas, e o que eles nos vêm dizer é que efectivamente a questão das medidas preventivas para terem eficácia precisam que o PDM seja suspenso naquela zona de acordo com a interpretação jurídica que fazem do assunto, portanto não tem nada a ver com violações excessivas do PDM, de maneira nenhuma, o que pode haver é num caso ou outro evidentemente conforme disse, pode haver, agora não foi por isso que nos fizemos a solicitação da suspensão do PDM naquela zona, porque eles nem sequer conheciam o projecto de plano de pormenor que está a ser elaborado, apenas foi enviada a documentação para de acordo com a legislação em vigor fossem accionadas as medidas preventivas, analisado o assunto foi entendido que era necessário que naquelas zonas abrangidas fosse suspenso o PDM para poder ser aplicado o Plano de Pormenor em vigor, foi a explicação que foi dada, foi isto claramente.

Em relação à intervenção que fez o Deputado José Manuel Cerqueira, a maneira catastrófica e demagógica com que a fez parece que os planos de pormenor que evitam que se possa construir. Não é isso que está em causa, vai continuar-se poder a construir, só que de uma forma ordenada, de uma forma urbanisticamente ordenada e não de qualquer maneira e a belo

prazer do proprietário do respectivo terreno, é só isto que se pretende, agora vai poder-se continuar a construir naturalmente nas zonas abrangidas pelo plano de pormenor, não há a mínima dúvida, agora prevê-se construir de uma forma lógica, ordenada com a cedência de espaços de lazer, espaços para equipamento e não uma massificação que efectivamente assistimos no passado.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Muito obrigado Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Não havendo mais inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra? Um voto contra.

Quem se abstém? Três abstenções.

**Está aprovado por maioria.**

Faça favor Sr. Deputado.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

Eu votei favoravelmente porque apesar das dúvidas que tenho em relação à falta de elementos que eu julgo que deveriam estar e a explicação da Sr.<sup>a</sup> Presidente não era suficiente em relação a esta matéria, porque uma coisa é a posição da DGOTDU, outra coisa são os serviços do Município que têm o dever de apresentar documentos mas, tratando-se de uma questão de princípio, e sendo por princípio necessário tomar medidas preventivas quando estão planos de pormenor em andamento, eu votei favoravelmente.

**PONTO N.º5 - SUSPENSÃO DO PDM NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DE LEIRIA/NORTE - Apreciação, discussão e votação;**

Quem deseja inscrever-se para este ponto?

Não havendo inscrições, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

**Está aprovado por maioria.**

**PONTO N.º6 - PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO PARA A DEFESA E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;**

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, este Conselho Consultivo foi criado aqui recentemente na Assembleia Municipal para que funcione apesar de já ter funcionado mesmo sem o regulamento, foi elaborado um regulamento que tem que ser aprovado e que foi distribuído.

Sobre este assunto quem inscrever-se?

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

***DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)***

Luís Pinto , Partido Socialista.

Obviamente em relação a este ponto, o grupo do Partido Socialista está de acordo mas sobretudo aproveitava este ponto para me regozijar, penso que será do conhecimento de todos, que hoje foi publicado e Diário da República a delimitação da área crítica da zona histórica, penso que é uma acto importante, foi uma acção em que os Vereadores do Partido Socialista e penso que todo o executivo se empenhou nesta solução e foi com agrado que hoje vimos publicado na data desta Assembleia tão importante documento para o futuro esperamos nós, melhor, do centro histórico da cidade, obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Pessoalmente não tinha conhecimento mas agradeço-lhe a explicação.

Quanto ao regulamento, não havendo desejo para se inscreverem, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**Está aprovado por unanimidade.**

**PONTO N.º7 - EDIFÍCIO PRÉ-ESCOLAR (JARDIM DE INFÂNCIA) SITO EM LOUSÃ -  
FREGUESIA DE CORTES - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA -  
EMISSÃO DE PARECER QUANTO À LOCALIZAÇÃO E PROJECTO - *Apreciação,*  
*discussão e votação;***

Quem deseja inscrever-se?

Sr. Deputado Santos Pereira, faça favor.

***DEPUTADO SANTOS PEREIRA (PS)***

Santos Pereira do Partido Socialista

Eu desejava pedir à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara um esclarecimento sobre o assunto. Havendo inúmeros jardins de infância privados no concelho de Leiria, eu gostava de saber qual a razão porque este que é o único de que tenho conhecimento que tem que vir à Assembleia Municipal para ser declarado de utilidade pública, deve haver um motivo que eu não consigo descortinar. Gostaria também de perguntar à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, sendo a Câmara a responsável pela construção e implementação da rede de jardins de infância no concelho, quantos jardins de infância estão previstos para a Freguesia de Cortes, quantos já foram construídos, e, se ainda não tiver todos ou não tiver nenhum, quando é que a Câmara pensa construir os jardins de infância em condições que permitam às crianças ter um horário compatível com o dos pais, o jardim de infância sim senhor mas é privado, é pago, e se há pessoas que podem pagar também deve haver nas Cortes pessoas que não podem pagar e que não têm direito a ter um jardim de infância.

***PRESIDENTE DA MESA (LEONEL PONTES)***

Quanto a este pedido de utilidade pública, quem mais deseja intervir?

Sr. Deputado José Augusto Esteves, faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

Eu mais uma vez penso que em relação a matérias como esta, uma explicação prévia do executivo e uma informação clara aos membros da Assembleia Municipal nos documentos enviados é imprescindível. Eu por exemplo, não entendo porque é que se pede a declaração de utilidade pública, não se percebe nos documentos porquê, mas eu agora já sei porque é e vou dizer que quando veio aqui a Azoia, disse que essa história de estarmos sistematicamente a comer na RAN e

na REN, não podia fazer escola, não pode fazer escola, e um mês depois cá estamos, com outra proposta aqui para comermos novamente na REN, e então, daqui a pouco, nem vale a pena ter PDM. É que eu estou em desacordo, digo-vos francamente, ainda por cima trata-se de um projecto

privado que me hão-de ganhar para a ideia que de facto isto é de utilidade pública, não, é de utilidade pública porque querem comer na REN e portanto tem que ser, convém, é preciso, se não houver esta declaração não há hipótese nenhuma. Eu vou apresentar uma proposta contra, daqui a pouco é sistematicamente isto e portanto tenham paciência, eu até posso ficar sozinho mas aprovam contra a nossa opinião, não é certamente a freguesia das Cortes que compreenderá esta posição, mas começa a ser preocupante e eu quero ver na revisão do PDM se a tendência é para aliviarmos algumas asneiras que fizemos ou pelo contrário, se é para defendermos aquilo que tem valor estratégico para o desenvolvimento do concelho e do País, salvaguardando o futuro, porque a gente nunca sabe o que é que nos reserva, se é para irmos numa de pronto, sempre a andar, amanhã é esta, foi ali a da Azoia, agora é esta, depois é outra etc. Eu não estou convencido.

***DEPUTADO FERNANDO COSTA FERREIRA(PS)***

Costa Ferreira, Partido Socialista.

A questão é apenas um pedido de esclarecimento. Eu penso que é inquestionável que as Cortes precisam desta estrutura escolar e portanto nesse aspecto eu penso que seria bom que ela fosse construída uma vez que não há a pública, devia haver mas não há. De qualquer das maneiras, o pedido de esclarecimento que eu gostaria de fazer é o seguinte: fala aqui numa superfície global do terreno em vinte e sete mil metros quadrados e depois para construção são muito menos portanto, a área de implantação do edifício são seiscentos e vinte e três metros, a área bruta também seiscentos e vinte e três metros, e depois está aqui áreas e arruamentos mil e vinte e três metros e zonas verdes três mil quinhentos e doze. Portanto, sobre que metros é que nós nos vamos pronunciar? É sobre os vinte e sete mil ou sobre cerca de seis mil metros? Gostaria deste esclarecimento, muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Faça favor Sr. Deputado Carvalho.

***DEPUTADO ANTÓNIO CARVALHO(Presidente da Junta de Freguesia das Cortes)***

António Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, PS.

Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Srs. Deputados. Eu entendo que não devia ficar calado a ouvir as afirmações que aqui foram proferidas e na qualidade de Presidente de Junta, que é quem sofre na pele estes problemas das freguesias, certamente estão aqui colegas que também certamente têm esses problemas e então eu vou fazer aqui um pequeno resumo da situação.

Tendo a freguesia das Cortes duas escolas pré-primárias, uma desculpem o termo, mas eu vou chamar uma "gaiola", outra é no lugar da Reixida que não tem condições para os dias de hoje para se dar o almoço às crianças, temos um lugar que é Famalicão que é o maior da freguesia que também precisa de uma escola pré-primária. No entanto, como certamente os Srs. Deputados conhecem, a freguesia das Cortes é como muitas outras, está condicionada ao PDM e terrenos para grandes obras não há, e mais, eu vou dizer aqui uma coisa que não me vão levar a mal, a freguesia das Cortes actualmente é uma freguesia que por este andar vai ser um lar da terceira idade daqui por uns anos e pelo seguinte: as crianças do pré-escolar vão para S. Mamede para o colégio, os alunos do 1º ciclo idem, S. Mamede e Fátima, e alguns aqui por Leiria, os jovens quando se casam idem, saem todos das Cortes porque os pais e os avós têm lá terrenos mas não deixam construir e como não deixam construir o que é que acontece? Saem da sua terra e vêm, permitam-me a expressão que é um pouco dura e vêm para os caixotes aqui na zona de Leiria e então, o que é que acontece, é o que eu disse e vou repetir, daqui a meia dúzia de anos a freguesia das Cortes é um lar da terceira idade e sem qualquer desenvolvimento e então surgiu um terreno aqui há uns anos com essa área e eu cheguei a estar convencido que o colégio ia para lá porque os promotores diziam que era para ali no entanto, quando se encontrou um terreno com capacidade para fazer lá essa obra acontece que o proprietário do terreno pediu um preço exagerado e os promotores disseram "Sr. Carvalho, não temos hipótese porque isto é um preço muito elevado e não temos qualquer hipótese", e esse colégio foi construído nos Milagres, que lá está e as Cortes ficou sem ele. Entretanto apareceram outros promotores com ideias disso e eu disse logo "olhem meus amigos, terrenos não temos para essa área" depois apareceu um outro, este privado, este que está a querer construir o colégio para a pré-primária e eu como Presidente de Junta digo e afirmo que fiz o máximo dos máximos, para arranjar um terreno mas sabíamos de antemão que estava na reserva ecológica, na REN e pronto, o homem foi comprando e agora querem-lhe vender mais e ele já não

compra, entende que já tem área suficiente, porque quando ele comprou o terreno foi com ideias de se fazer um colégio para a pré-primária e 1º ciclo, e depois devido às conversações que houve

com as entidades oficiais entendeu-se que ir-se-ia para a pré-primária, para ver se se resolve esse problema das crianças daquela área ou daquela freguesia.

Agora, se há beneficiados, se deixa de haver, eu como Presidente de Junta só quero uma coisa e peço aqui a esta Assembleia, é que desbloqueiem, que dêem autorização para que seja construído lá o colégio, porque eu entendo que a escola que nós lá temos, nomeadamente no lugar das Cortes, aquilo é uma gaiola que lá está, não tem quaisquer condições, se o Centro que é um clube que lá está ao lado, não deixar brincar as crianças no recinto que lá têm, as crianças estão enjauladas das nove horas até às três e meia, eles para fazerem ginástica, têm uma professora com os pais a pagarem, têm que ir ao clube que lhes cede lá uma salita, eles andam constantemente a chamar-me a atenção para ver se a gente consegue arranjar uma forma de fornecer o almoço às crianças, vão levá-las às nove, vão buscá-las ao meio dia, vão levá-las à uma, e às três e meia vão buscá-las. Ora bem, quem é que hoje, com pais e mães a trabalhar, consegue ter um filho numa escola destas? Eu pergunto? Ninguém! No entanto há os avós, e são esses os sacrificados que andam lá com os meninos para trás e para a frente, que eu vejo, estou por ali e vou vendo. Portanto, eu peço, aos Srs. Deputados que analisem bem este pedido e projecto, para ver se consegue resolver este problema, muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Sr. Deputado Esteves, eu pedia-lhe o favor de ler a sua proposta, porque eu não consigo perceber a sua letra, tenha paciência...

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

No fundo, o que está aqui é a formalização de não aceitação da publicação de declaração de utilidade pública e não dar o seu aval quanto à localização da pré-escolar porque o lugar de implantação é território REN, é isso, o resto são considerações, foi só mais para obrigar a votar.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Sr.<sup>a</sup> Presidente quer dar alguma explicação? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno Campos)***

Sim eu queria só dar a explicação de que eu penso que a apresentação da ideia e do projecto, o Sr. Presidente da Junta fê-lo de uma forma melhor do que eu, porque conhece o problema muito bem. Agora queria só referir que em relação à área de desafecção tem que ser

toda desafectada, muito embora a área de construção seja apenas seiscentos e vinte e três metros quadrados, só que o resto são arruamentos, espaços verdes, passeios, mas tem que ser feita a desafecção toda para depois ser feito o arranjo urbanístico de toda a zona. No entanto, entende-se que do ponto de vista de afectação com construção é uma zona limitada face ao território que existe.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Muito bem, ainda assim portanto, temos esta proposta...

Oh Sr. Deputado seja breve!

***PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno Campos)***

A área de desafecção é sete mil metros, peço perdão eu disse vinte e sete mas não, são os sete mil metros quadrados, o resto mantém-se território de REN.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

O Deputado Augusto Esteves apresenta esta proposta e eu tenho que colocar à votação.

Faça favor, Sr. Deputado José António.

***DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SOUSA E SILVA(PPD/PSD)***

José António, PSD.

Eu concordo com o Deputado José Augusto Esteves quando ele diz que de facto não devíamos tomar como medida aceitável portanto no futuro, situações destas. Já o disse, e nós corroborámos da mesma ideia aquando da decisão que esta Assembleia tomou ao espaço que o Presidente da Junta da Azoia pediu.

De qualquer maneira, depois de ouvir aqui a intervenção do Sr. Presidente de Junta das Cortes e conhecendo de facto as necessidades e as preocupações e o papel que o Presidente de Junta tem na resolução de tudo isto portanto, o PSD vai votar favoravelmente o ponto n.º 7 da ordem de trabalhos e ficando prejudicada a proposta apresentada pelo Deputado José Augusto, pode ser votada mas efectivamente vamos votar contra.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Sim, mas ela de algum modo é incompatível e por isso mesmo, Sr. Deputado retira a proposta?

Pronto muito bem, obrigado pela sua atenção Sr. Deputado.

Deseja intervir? Faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(PCP)***

Oh Sr. Presidente da Junta das Cortes, o problema não é não haver terreno, o problema é que o terreno é caro, para o negócio, foi o que o senhor disse e o problema é este, é se o que é justo é nós exigirmos para as Cortes escolas públicas como nos outros sítios e o Município investir, e não andar sistematicamente nisto, porque o que vai acontecer é que quem tem dinheiro e é rico vai para esta, os outros continuam nos caixotes Sr. Presidente, ou então vai fechá-las, que é pior.

***PRESIDENTE DA MESA(LEONEL PONTES)***

Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições acerca deste assunto, vou colocar à votação.

Quem vota contra? Dois votos contra.

Quem se abstém? Uma abstenção.

**Está aprovado por maioria.**

E discutidos que estão os todos os pontos da ordem de trabalhos, resta-me agradecer a vossa atenção, desejar uma boa noite e até breve, está encerrada a sessão.



**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, a Assembleia Municipal, deliberou por \_\_\_\_\_, aprovar a acta em minuta.

**ENCERRAMENTO**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 22.20 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.-----  
Leiria, aos 22 dias do mês de Março do ano de dois mil e um.-----

***O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,***

*O Escrivão*

**FIM DE ACTA**